

BRENDA LEE E O ACONTECIMENTO DISCURSIVO DA AIDS. DÉCADA DE 1980 EM SÃO PAULO

MARCIO ALMEIDA NICOLAU* 

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE
 JANEIRO

SEROPÉDICA - RIO DE JANEIRO - BRASIL

RESUMO

Problematizo aqui a ênfase discursiva dos jornais *Folha e Estado de São Paulo* em torno do acontecimento da aids nos anos 1980, que cruza alvos da biopolítica à disciplinarização do corpo. Abordo as práticas de normalização violenta, de controle, governamental, agenciadas na e pela discursividade da imprensa, que participaram da subjetivação de travestis, naqueles anos. Ao destacar Brenda Lee, realço histórias de re-existências à lógica cis e heterocentrada que pensa a doença como sendo própria das travestilidades. Considerando que “gênero” é histórica e discursivamente construído/subvertido, destaco os *jogos de verdade* por meio dos quais e a partir dos quais travestis foram levadas a dar sentidos às suas existências. E os modos como desestabilizaram discursos que se obstinam em naturalizar a morte e a doença como destino de certas corporeidades.

Palavras-chave: Brenda Lee; Gênero; aids.

RESUMEN

Cuestiono aquí el énfasis discursivo de los periódicos *Folha y Estado de São Paulo* en torno al acontecimiento del sida en la década de 1980, que cruza objetivos desde la biopolítica hasta la disciplinarización del cuerpo. Abordo las prácticas de normalización y control violento, de gubernamentalidad, organizadas en y por el discurso de la prensa, que participaron de la subjetivación de las travestis en esos años. Al destacar Brenda Lee, realzo historias de reexistencias a la lógica cis y heterocéntrica que piensa que la enfermedad es característica de las travestis. Considerando que “género” se construye/subvierte histórica y discursivamente, destaco los juegos de verdad a través de los cuales y desde los cuales las travestis fueron conducidas a dar sentido a su existencia. Y las formas en que han desestabilizado discursos que se obstinan en naturalizar la muerte y la enfermedad como destino de ciertas corporeidades.

Palabras clave: Brenda Lee; Género; sida.

* Mestre e Doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Financiamento de pesquisa: CAPES. E-mail: marcioanicolau@gmail.com.

PROBLEMATIZAÇÕES INICIAIS

Em termos gerais, este artigo é uma análise enunciativa histórica¹ a partir de discursos da imprensa. Abordo aqui as históricas formas discursivas (reatualizadas em diários paulistanos de ampla circulação) que ajudaram a consolidar sentidos, imagens, referências, de e para travestis, nos anos 1980. Complexifico, na enunciação jornalística, as escolhas temáticas, correlações, funcionamentos dos enunciados (enxergados em certa regularidade). Quais os jogos que permitiram as referências, noções e posições divulgadas na e pela imprensa? Interrogo os discursos materializados nas páginas da *Folha e Estadão*, focalizando as táticas cissexistas² e a travestifobia³ não nomeadas no período, pensadas aqui como uma governamentalidade⁴ específica, como uma racionalidade que merece ser desafiada. Noutros termos, historicizo a discursividade que, naquele momento, se obstina em moldar sujeitos governáveis, naturalizando como normais os *corpos que importam*,⁵ engendrados a partir de seus pretensos limites ou exterioridades.

Acompanhando estratégias metodológicas pensadas por Michel Foucault em seus estudos arqueogenealógicos,⁶ busco (de modo específico) descrever não o que se queria supostamente dizer, mas *o que está dito*, levando em consideração que a análise discursiva “trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência [...], de estabelecer suas correlações com outros

¹ FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

² Em linhas gerais, cissexismo são discursos/práticas supremacistas, excludentes, que naturalizam (medicamente, legalmente, politicamente) pessoas não-trans como “biológicas”, garantindo-lhes privilégios (de modo análogo à branquitude, pretensamente transparente). Pode-se designar os discursos/práticas cissexistas como um *apartheid de gênero*, operado a partir da matriz heterossexual, a qual presume e requer a coerência entre sexos/gêneros tidos como binários, rígidos e essenciais. JESUS, J. G.; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Cronos*, v. 11, n. 2, p. 8-19, 2010.

³ A travestifobia pode ser entendida como efeito do modelo epistemológico/ontológico cissexista, que, pautando-se na pretensa naturalidade da cisgeneridade, produz “efeitos colonizatórios sobre corpos, existências, vivências, identidades e identificações de gênero que, de diversas formas e em diferentes graus, não estejam em conformidade com seus preceitos normativos”. VERGUEIRO, v. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015, p. 43.

⁴ Nas palavras de Foucault: “o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança”. FOUCAULT, M. *A governamentalidade*. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 291-292.

⁵ BUTLER, J. *Corpos que importam*. Os limites discursivos do “sexo”. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago França. São Paulo: n-1 edições, 2020.

⁶ Ressalto aqui a leitura de “genealogia” não como ruptura em relação à “arqueologia”, mas como continuidade. A genealogia focaliza estratégias e táticas de poder-saber, mas a relação saber-poder não está ausente na análise arqueológica do discurso, entendida por Foucault como uma descrição do arquivo enquanto conjunto de discursos. MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. VII-XXIII.

enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui”.⁷ Admitindo “discursos” como práticas, tomo a discursividade da imprensa como efeito de uma histórica ordem do discurso.⁸ Seguindo Foucault, podemos dizer que a produção de notícias é também uma forma de positivação. Que os jornais, tais como podemos lê-los, não são apenas palavras, coisas, mas discursos/práticas que instituem o “verdadeiro”.

[...] por “verdade”, não quero dizer “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir e a fazer aceitar”, mas o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”, entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha. [...]

Por “verdade”, entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A “verdade” está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. “Regime de verdade”.⁹

Desses pressupostos, podemos afirmar que o jornal, enquanto discurso, embora afirme para si um papel “neutro”, retratar a realidade, “faz com que algo entre no jogo do verdadeiro e do falso e o constitua como objeto para o pensamento”.¹⁰ Dito de outro modo: a imprensa ajuda a formatar aquilo que anuncia, visibiliza e relata, ao mesmo tempo cria e transfigura realidades, incessantemente. Cristalizando sentidos, noções, referências, o jornalismo produz figuras, formas, não como efeito especular, não como reflexo de uma realidade pré-discursiva, mas como criações. Considerando que “a linguagem constitui tanto as categorias quanto as

⁷ FOUCAULT, 2014, p. 34.

⁸ FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Ed. Loyola, 2012a.

⁹ FOUCAULT, 1979, p. 277-293.

¹⁰ FOUCAULT, M. O cuidado com a verdade. In: FOUCAULT, M. *Ética, sexualidade, política*. Organização de Manoel Barros da Motta. Ditos & Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 242.

percepções a serem ordenadas por elas”,¹¹ não seria impreciso afirmar que a enunciação jornalística organiza e oferece o horizonte epistemológico/ontológico¹² a partir do qual e em relação ao qual os sujeitos se constituem historicamente.

A pretensão aqui é complexificar esses exercícios de poderes por meio da imprensa, tomando o discurso jornalístico não como signo ou documento ou evidência, mas como práticas. Lembro que o enunciado é “ao mesmo tempo, não visível e não oculto”¹³ e que não há enunciado neutro, isolado, mas sempre disposto em série. Assim, abordo os enunciados jornalísticos por seu *status* de objeto (que entra em rede, é disputado e, por isso, modificável), como *coisa* cujo funcionamento torna *possível* aquilo que faz *dizível*.

Os procedimentos de controle, seleção e organização dos discursos existentes são [...] exercidos também pelo jornalismo enquanto discurso. São procedimentos ao mesmo tempo produtores de restrições ao que se diz, mas também de enunciados, ditos e repetidos em certas circunstâncias. Têm como efeito a rarefação dos discursos (das possibilidades do dizer), mas também seriam formas de positivação, que produziriam o verdadeiro [...].¹⁴

Ao assumir o desafio de historicizar, a partir de discursos da imprensa, a governamentalidade que emerge em São Paulo com o acontecimento da aids, mobilizo o conceito de gênero performativo,¹⁵ que não se confunde com as noções de voluntarismo ou determinismo. Entendido como discurso que trabalha para materializar, por reiteração, os efeitos daquilo que nomeia, a performatividade de gênero

¹¹ WHITE, H. Foucault decodificado: notas do subterrâneo. In: WHITE, H. *Trópicos do discurso*. Tradução: Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: EdUSP, 1994, p. 256.

¹² BUTLER, J. Sujeitos foucaultianos. In: BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Tradução: Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017a, p. 34-39.

¹³ FOUCAULT, 2014, p. 133.

¹⁴ FRANZONI, S.; RIBEIRO, D. B.; LISBOA, S. S. de M. A verdade no jornalismo: relações entre prática e discurso. *Verso e Reverso*, p. 51, 2011.

¹⁵ BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

[...] não é, portanto, um “ato” singular, pois sempre é a reiteração de uma norma ou de um conjunto de normas, e na medida em que adquire a condição de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais é uma repetição. Além disso, esse ato não é primariamente teatral; de fato, sua aparente teatralidade é produzida na medida em que sua historicidade permanece dissimulada (e, reciprocamente, sua teatralidade ganha certa inevitabilidade dada a impossibilidade de divulgar de forma plena sua historicidade).¹⁶

Partindo da trama discursiva enxergada nas séries formadas dos periódicos *Folha e Estadão*, analiso as normalizações violentas que investiam então por alvo o gênero travesti. Focalizo, assim, a grelha de coerções governamental que, apoiada no biopoder, intervém, microscópica, no corpo social. A racionalidade que constitui a população como alvo e instrumento de governo, no “encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si”.¹⁷ As práticas de governo que penetram nos modos de subjetivação (a partir de saberes e aparelhos específicos, como o jornalismo), pondo em jogo as condutas.

Cumprido observar que aqui me reporto a “travestis” não como uma categoria a-histórica, mas como uma subjetividade (com historicidades e especificidades). Importante ressaltar que, ao me referir às corporeidades, em geral, como devir histórico, admitindo que somos construídos, não desconsidero que “os corpos vivem e morrem; comem e dormem; sentem dor e prazer; suportam a enfermidade e a violência”.¹⁸ Em diálogo com o pensamento *queer*¹⁹ e transfeminista,²⁰ opto por abordar “gênero” (em conexão com a analítica da normalização foucaultiana) como biopolítica.²¹ Essa tecnologia, sem excluir a disciplina, é massificante, não

¹⁶ BUTLER, 2020, p. 34.

¹⁷ FOUCAULT, M. *Dits et écrits*. Tradução de Karla Neves e Wanderson Flor do Nascimento. Paris: Gallimard, vol. IV, 1994, p. 786.

¹⁸ BUTLER, 2020, p. 11.

¹⁹ *Queer*: em linhas gerais, o pensamento *queer* constitui-se como um saber e prática insurgente/indisciplinado, que emerge, por um lado, de dissensões dos movimentos organizados das chamadas minorias sexuais e, por outro, dos questionamentos, na contemporaneidade, das noções clássicas de “sujeito”, “identidade” e “agência”. Pode ser enxergado em conexão com a analítica da normalização proposta e empreendida por Michel Foucault; da suspeita em relação a universais antropológicos; da problematização de noções como “natureza humana” e “sujeito universal” e do privilegiamento dos discursos como práticas. As análises *queer* conversam, em especial, com o conceito de dispositivo foucaultiano, que está relacionado às noções de saber, poder e (produção de) modos de sujeição. Algumas ideias de Foucault, como podemos ver, são condições de possibilidade para o pensamento *queer*, que radicaliza a crítica foucaultiana à noção de identidades sexuadas, tal como efetuado por Judith Butler. O conceito butleriano de performatividade de gênero tensiona os limites das políticas identitárias (fundadas em certa concepção reificada de sujeito), políticas das quais Foucault também suspeita. Ver: LOURO, G. L. Foucault e os estudos *queer*. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (orgs.) *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 135-142; LOPES, F. H. Possibilidades de conexão. Rio Grande do Norte: *Bagoas*, n. 16, p. 162-196, 2017.

²⁰ Para mais sobre transfeminismo, ver: JESUS, J. G. de. *Transfeminismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

²¹ PRECIADO, P. B. Multidões *queer*: notas para uma política dos “anormais”. Florianópolis: *Estudos Feministas*, 2011, p. 11-19.

é individualizante, age “no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade”,²² lidando com um problema de poder diferente, não o indivíduo-corpo, nem exatamente a “sociedade”, mas aplicada à população.²³

Busco também uma aproximação com o conceito de cisgeneridade como categoria analítica,²⁴ conceito que vem sendo apropriado pela historiografia²⁵ para problematizar a chamada norma cis, de modo a evidenciar como arbitrária a construção hierarquizada que naturaliza a cisgeneridade como evidência, historicamente. Dentre as reflexões em torno desse conceito, encontradas na bibliografia e historiografia recentes, temos que a cisgeneridade é formatada por noções (ocidentalizadas) de gênero, em intersecção com racialização e outras hierarquias. Essas noções são naturalizadas como norma, fundamentando leituras binárias, essencializantes e biologicistas, em torno de corporeidades e subjetividades. O uso desse conceito tem funcionado como estratégia para desfazer a hierarquização violenta que afirma as pessoas não-cis como “o outro” das pessoas não-trans.

Entendendo que gênero e sexualidade não são objetos *a priori* e sim construções históricas, discursivas, questiono: o que a enunciação jornalística, abordada como um conjunto de acontecimentos discursivos, nos permite ressaltar sobre esse momento em São Paulo, na dita abertura democrática, momento que passarei a aludir aqui como *anos de chumbo da aids*?²⁶ Considerando que a hétero-sexualidade é reinscrita pela recitação constante do código cis-binário masculino/feminino; considerando ainda que a imprensa participa da rede fina de

²² FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. São Paulo: Edições Graal, 2012b, p. 152.

²³ FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

²⁴ DUMARESQ, L. *O cisgênero existe*. Disponível em <http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/>, 2014. Acessado em 26/01/2021.; VERGUEIRO, v. *De uma renúncia e de resistência trans* anticoloniais*. Disponível em https://www.academia.edu/4716637/De_uma_ren%C3%Bancia_e_de_resist%C3%Aancias_trans_anticoloniais, 2013. Acessado em 26/01/2021.

²⁵ LOPES, F. H. Cisgeneridade e historiografia: um debate necessário. In: SOUSA NETO, M. R.; GOMES, A. R. *História e teoria queer*. Salvador: Devires, 2018, p. 77-99.

²⁶ *Anos de chumbo da aids*: estou me apropriando da noção que encontramos em Claudia Wonder (2008), para me referir ao dispositivo ensejado pelo hiv/aids, aos efeitos desse acontecimento na subjetivação travesti, conforme o relato de Claudia. Referenciada como uma multiartista, Wonder compôs o cenário artístico designado *underground* paulistano. Travesti, atuou, nos anos oitenta, como letrista e vocalista de *rock* e também em performances e filmes nominados marginais. Destacou-se pelo icônico *show-performance Vômito do mito*, acontecido no espaço *Madame Satã*, em 1986, híbrido de poesia maldita, espetáculo e atuação, que desestabilizava a associação entre travestis e aids: “tinha aquela cena da banheira com groselha, que representava o sangue, numa época em que a Aids aterrorizava todo mundo. Eu ficava completamente nua, matava a cobra e mostrava o pau na banheira de sangue. E jogava esse sangue em todo mundo. Eu acho que foi isso, a ousadia e o momento certo de fazer a coisa. Era o *rock*, era o *rock*”. WONDER, C. *Olhares de Claudia Wonder: crônicas e outras histórias*. São Paulo: GLS, 2008, p. 52.

micropoderes obstinada em “conduzir condutas”,²⁷ problematizo o “noticiado”²⁸ na *Folha* e no Estadão. Parafraseando Foucault, assim me refiro ao *corpus* documental constituído de matérias jornalísticas:

O termo “notícia” me conviria bastante para designá-los, pela dupla referência que ele indica: a rapidez do relato e a realidade dos acontecimentos relatados; pois tal é, nesses textos, a condensação das coisas ditas, que não se sabe se a intensidade que os atravessa deve-se mais ao clamor das palavras ou à violência dos fatos que neles se encontram [...].²⁹

Admitindo que a imprensa “seleciona, ordena, estrutura e narra”,³⁰ abordo a enunciação jornalística a partir de ferramentas de análise discursiva arqueogenealógicas. Tomo o “publicado” como um *saber* feito de palavras, de coisas, de visibilidade e legibilidade.³¹ Assim, recorro à coordenadas foucaultianas³² para descrever, nas séries definidas a partir dos periódicos *Folha* e *Estado de S. Paulo* da década de 1980, elementos, relações e unidades discursivas (formações que reúnem enunciados, os quais são permitidos por regras historicamente possibilitadas). Tenciono, assim, reagrupar enunciados supostamente dispersos, descrever seu encadeamento, ordem, explicando suas possíveis correlações, posições, funcionamentos e persistência temática.

Afastando a noção de discurso como acontecimento puramente linguístico, trato os conjuntos noticiosos como prática discursiva instituinte que forma os objetos discursivos de que fala. Busco considerar as históricas condições de emergência desses objetos, o complexo feixe de relações de poder que lhes permite aparecer e os modos com que esses objetos se justapõem a outros que os precedem e os seguem, dispostos em rede. Essa análise não se

²⁷ FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

²⁸ DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

²⁹ FOUCAULT, M. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, M. *Estratégia, Poder-Saber*. Organização de Manoel Barros da Motta. Ditos & Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 203-204.

³⁰ DE LUCA, 2005, p. 111-153.

³¹ VOGEL, D. I. Sobre Foucault e o jornalismo. *Verso e Reverso*, v. 23, n. 53, 2009.

³² FOUCAULT, 2014.

propõe a desvendar “significados” ou “intenções” supostamente escondidas nos textos. Aborda esses textos, em sua materialidade, na condição de “coisas”, que articulam a palavra, constituem um gesto de escrita, registro, mas estão abertos à reativação, à repetição, à contínua transformação.

Mantendo, assim, a análise no domínio das “coisas ditas” (o arquivo), busco descrever as formas de acúmulo, mudanças, que constituem (por rarefação e positivação) os limites do dizível/visível no jornal (lembrando que o arquivo não é um repositório neutro ou uma disposição estática de fontes). Sem pretender afirmar a existência de um sujeito enunciador “jornal”, aludo aqui à *Folha e Estadão* como lugares de enunciação complexa, condicionada e possibilitada por relações de poderes (trocas, divisão de atribuições, complementaridade funcional, diferenciações, hierarquizações). Importante enfatizar que essas relações (anônimas) não pressupõem aqui sujeitos monolíticos, mas dispersos e descontínuos em relação a si mesmos, considerando que “o sujeito do discurso não é a pessoa que realiza um ato de fala [...], o sujeito é aquele que pode usar determinado ato enunciativo por seu treinamento, pelo seu posto institucional ou competência técnica”.³³

Podemos dizer que a discursividade jornalística (ao agenciar as articulações texto-imagem, imagem-legenda, apagando, muitas vezes, marcas subjetivas dos textos) constitui, na forma de “notícias”, a trama da facticidade e objetividade jornalística.

Na esteira de Foucault, podemos afirmar que, no campo jornalístico, a configuração discursiva, por meio do encadeamento de fragmentos narrativos oferecidos dia a dia nas páginas dos jornais, deve ser considerada como o relacionamento no discurso jornalístico de um certo número de elementos distintos. Uns referem-se ao *status* dos jornalistas, outros ao lugar institucional e técnico de onde falam, outros à sua posição de sujeitos que percebem, observam, descrevem, interpretam etc. Pode-se dizer que esse relacionamento de elementos diversos na produção do discurso jornalístico instaura entre todos elementos um sistema de relações que não é, de fato, dado nem constituído a

³³ ARAÚJO, I. L. Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault. *Revista Aulas*. Dossiê Foucault (orgs. Margareth Rago e Adilton Luís Martins), n. 3, 2007, p. 07-08.

priori; e se tem uma unidade é porque emprega de forma constante esse feixe de relações.³⁴

No exame de cada texto jornalístico selecionado, penso a função-autor³⁵ como um jogo em proveito do discurso. Observo o desaparecimento, em geral, da assinatura nos textos (atribuídos à “reportagem local”). Tomo o jornal como lugar de controle, redistribuição, seleção, que pretende regular o acontecimento discursivo aleatório. Não desconsidero a classificação dos textos (entre reportagem, notícia, artigo, editorial). Essas modalidades são analisadas aqui como táticas e estratégias específicas, que funcionam no sentido da legitimação do discurso de verdade do jornal. Em termos teórico-metodológicos, acompanho prática analíticas de Foucault, considerando que “a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo”.³⁶ Nesse sentido, enfatizo a dimensão qualitativa da pesquisa, cujas buscas no acervo digital da *Folha e Estadão*, foram direcionadas por assunto/tema (a partir de termos específicos), permitindo organizar, recortar, ordenar, repartir o material, identificando e agrupando elementos, de modo a descrever as possíveis correlações, posições, funcionamentos (parcialmente evidenciados neste artigo).

GÊNERO COMO CRÍTICA

Evoco, neste artigo, o sentido de história genealógica³⁷ foucaultiano que, pensado enquanto um projeto crítico, enfatiza a contingência dos processos históricos, oferecendo ainda aos historiadores/as ferramentas para uma escrita historiográfica atenta à linguagem/discurso. Acompanhando os deslocamentos possibilitados pelo criticismo foucaultiano, ou seja, a suspeita lançada por Foucault em relação a universais antropológicos (a partir da qual emerge

³⁴ MOURA, M. B. do S. Memória discursiva em Foucault e acontecimento jornalístico. Minas Gerais: *Biblioteca on-line de ciências da comunicação*, p. 7.

³⁵ FOUCAULT, M. O que é um autor? In: FOUCAULT, M. *Estética – literatura e pintura, música e cinema*. Ditos & Escritos III. Organizado por Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2001. p. 264-298.

³⁶ FOUCAULT, 2014, p. 07.

³⁷ McLAREN, M. Genealogia como crítica. In: McLAREN, M. *Foucault, feminismo e subjetividade*. São Paulo: Intermeios, 2016, p. 47-54.

a proposta de se dissolver o modelo expressivo de gênero), sublinho aqui o efeito desconcertante de gênero enquanto crítica aos essencialismos. Defendo que “gênero” se torna insuficientemente crítico se não historicizarmos a contingencialidade e parcialidade das relações, as interseções de hierarquias, que escapam a grades de leitura englobantes.³⁸ Em sua forma descritiva, como já advertia a historiadora Joan Scott,³⁹ gênero limita-se a “um novo tema, um novo domínio da pesquisa histórica, mas não tem poder analítico suficiente para questionar (e mudar) os paradigmas históricos existentes”. Tomado como um desafio teórico, gênero enseja a historicização e desconstrução de qualquer oposição binária (homem/mulher, masculino/feminino e outras) aceita como autoevidente e generalizável.

Sem perder de vista que a historiografia constrói gênero, no presente, a categoria crítica “gênero” questiona de modo mais amplo a disciplina história. Ao desestabilizar o bipolo hierarquizado homem-mulher, “gênero” traduz-se numa crítica à maneira como a disciplina história atua.⁴⁰ Lembro que, dentre as chamadas ciências humanas, a disciplina história é a que mais tardiamente começou a admitir em seus domínios “gênero” e que, embora venha sendo há algum tempo usada na historiografia, essa categoria, antes ignorada, tem estado restrita a estudos considerados “temáticos”, onde é tomada como sinônimo de “mulher”.⁴¹

Faço aqui esse parêntese para enfatizar a importância de “gênero” como categoria analítica para os estudos históricos em geral, considerando, inclusive, os recentes discursos “antigênero” (disputas políticas que investem como alvo ideias feministas na Europa e América e que parecem atestar o potencial radical de “gênero” como conceito).⁴² No presente artigo, busco me valer de teorias/práticas que historicizam e desconstroem a fixidez a-histórica essencialista das identidades rígidas, tidas como naturais. A emergência da categoria gênero, a partir da crítica feminista e das formulações dos chamados *filósofos da diferença*,⁴³ abre

³⁸ NICOLAU, M. A. Gênero: “uma categoria útil de análise?”. In: BUENO, A.; PAES, E. de A.; SILVA, N. de F.; VELOSO, W. dos R. (Org.). *Gêneros e sexualidades em perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Edições Especiais Sobre Ontens, 2020, p. 40-55.

³⁹ SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 76, 1995.

⁴⁰ PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

⁴¹ PEDRO, J. M. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. Rio de Janeiro: *Topoi*, v. 12, n. 22, p. 270-283, 2011.

⁴² BUTLER, J. *Precisamos parar o ataque à “ideologia de gênero”*. Tradução de Carla Rodrigues. Disponível em <https://sxpolitics.org/ptbr/judith-butler-precisamos-parar-o-ataque-a-ideologia-de-genero/9094>, 2019a. Acessado em 26/01/2121.

⁴³ RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. (orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998, p. 24-58.

possibilidades de pensar um modelo não substancial de identidade, desnaturalizando e desessencializando gênero. Essa definição de gênero está em conexão com a noção foucaultiana de poder (positivo, produtivo, em rede).⁴⁴ Poder que é exercitado por meio de relações que geram efeitos inesperados, individualizações, singularidades, discursivamente constituídas.⁴⁵

[...] embora o gênero não possa funcionar como paradigma para todas as formas de existência que lutam contra a construção normativa do humano, ele pode nos oferecer um ponto de partida para pensar sobre poder, atuação e resistência. Se aceitarmos que existem normas sexuais e de gênero que condicionam quem vai ser reconhecível e “legível” e quem não vai, podemos começar a ver como os “ilegíveis” podem se constituir como um grupo, desenvolvendo fórmulas de se tornar legíveis uns para os outros, como eles são expostos a diferentes formas de viver a violência de gênero e como essa exposição comum pode se tornar a base para a resistência.⁴⁶

Pensando gênero, assim, como crítica, problematizamos a teia histórica de normatizações, os jogos cambiantes de verdade (ficções coercitivas) que nos constituem, os exercícios de poder, sujeição, governo, e as práticas de liberdade. Estou admitindo aqui, com Foucault, que “o poder, no fundo, é menos da ordem do afrontamento entre dois adversários, ou do vínculo de um com relação ao outro, do que da ordem do ‘governo’”.⁴⁷

BRENDA LEE E OS ANOS DE CHUMBO DA AIDS

Volto-me aqui para a emergência da epidemia de hiv/aids nos anos oitenta em São Paulo, acontecimento que ensejou, nas páginas da *Folha* e *Estadão*, uma obscena espetacularização da morte,⁴⁸ gerada então na forma de “notícia”. Cumpre notar que o termo

⁴⁴ FOUCAULT, 2012b.

⁴⁵ BUTLER, 2017a, p. 35.

⁴⁶ BUTLER, J. Política de gênero e o direito de aparecer. In: BUTLER, J. *Corpos em aliança e política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019b, p. 45.

⁴⁷ FOUCAULT, 1995, p. 243-244.

⁴⁸ PERLONGHER, N. *O que é Aids*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 74.

“aids” é reproduzido nesses jornais paulistanos como um termo acusativo, associado a pretensos excessos ou desregramentos. Com a “nova doença”, *Folha e Estadão* investiram certas práticas e corporeidades como alvo preferencial de manchetes, centradas no que se aludia como “desviante”, “extraviado”. Desde fins dos anos 1970, em páginas policiais, a designação “travestis” corporificava ideias e noções de “excesso”, “perigo”, encarnando o antônimo de ordem. Estou ressaltando aqui a cumplicidade da imprensa (conforme a análise do *corpus* dos jornais *Folha e Estadão*)⁴⁹ com a chamada política de policiamento no centro da cidade de São Paulo.⁵⁰ Durante o governo de Paulo Maluf (1979-1982), sob o comando do delegado José Wilson Richetti, essa biopolítica acionava os dispositivos de contravenção penal de vadiagem e de prisão cautelar para efetuar prisões de travestis.⁵¹ Com o acontecimento do hiv/aids, ações policiais privilegiariam travestis como alvo de mais violências, tendo como álibi a associação então construída (a partir da discursividade da imprensa daquela década)⁵² entre travestis e aids. Problematizo aqui os recursos estilísticos empregados na e pela enunciação da *Folha e Estadão* ou, noutros termos, a linguagem/discurso em torno do acontecimento da aids, que sugere que:

[...] entre os temas organizadores da ideia de doença, o da sexualidade é, sem dúvida, o mais obsessivo, do ponto de vista alegórico. Descrevendo um movimento similar a um “eterno retorno” através dos tempos e das culturas, articula-se de variadas maneiras com outros temas geradores de representações e da memória sobre a doença. Assim, a sexualidade estará quase sempre presente, também, no outro tema – na Geografia da doença – ou mais propriamente, como quer a alegoria, nos “lugares do mal”.⁵³

⁴⁹ NICOLAU, M. A. *Artes da existência: travestis em jornais de São Paulo, décadas de 1970 e 1980*. Dissertação (Mestrado em História). Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.

⁵⁰ OCANHA, R. F. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: GREEN, J.; QUINALHA, R. (Orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Paulo: Editora EdUFSCar, 2014, p. 149-175.

⁵¹ Delegado investe contra travestis. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 03 jan. 1982, p. 16.

⁵² No começo dos anos oitenta, a aids acontece na imprensa brasileira como “a doença dos homossexuais”, “síndrome gay”, “câncer gay”. A “nova doença” é enunciada em manchetes: *Congresso debate no Rio AIDS, a doença que prefere os gays. Preferência da AIDS é mais pelas minorias*. O *Jornal do Brasil* incumbiu-se da primeira, em 3 de setembro de 1981: *Câncer em homossexuais é pesquisado nos EUA*.

⁵³ TRONCA, I. Foucault e a linguagem delirante da memória. XXII Simpósio Nacional de História Anpuh. *Anais...* João Pessoa: Anpuh, p. 09, 2003.

Sob a forma de “notícias”, os diários dos Mesquitas e dos Frias, empresas familiares, agredindo com palavras, injúrias, conjugam, em fins dos anos setenta e começo dos oitenta, os termos “travestis” e “perigo”. Naturalizam a visibilidade da morte e da violência, pensadas para essas vidas. Aqui evoco, com Foucault, o termo “notícia” para designar tais conjuntos noticiosos que, em termos rápidos, “instantâneos”, não apenas “retratam” os acontecimentos que formatam, relatam e visibilizam. Por sua persistência temática, criminalizando os sujeitos que enuncia não “sobre o que eles fizeram, mas sobre aquilo que eles são, serão, ou possam ser”,⁵⁴ essas matérias (palavras que penetram no corpo social, na vida cotidiana) podem ser lidas como exercício de poder disciplinar e controle, pois exercem um panoptismo, invocando a lógica arquitetural de vigilância/visibilidade constante, impessoal e automática, que constitui dispositivos de controle-sujeição.

Quadro 1. Manchetes enunciando “travestis” e “perigo”

Títulos
<i>Travesti, presença crescente na cidade.</i>
<i>Travestis são presos por furtos.</i>
<i>Santos quer evitar travesti.</i>
<i>O perigo na invasão dos travestis.</i>
<i>Travesti brasileiro morto em Paris.</i>
<i>Expulsos da França, chegam 4 travestis.</i>
<i>Travestis assustados com agressor.</i>
<i>Bairro invadido por travestis.</i>
<i>Polícia deteve o travesti que esfaqueou ator.</i>
<i>A “guerra” aos travestis.</i>
<i>Delegado investe contra travestis.</i>

⁵⁴ FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987, p 20.

Títulos
<i>Travesti da Bahia, morto a tiro em Paris.</i>
<i>Travesti mata outro no Centro.</i>
<i>Travesti criminoso é indiciado.</i>
<i>Travesti mata.</i>
<i>Bairro protesta ao governador contra travestis.</i>
<i>Moradores querem ação eficaz contra travestis.</i>
<i>Travesti mata em Indianópolis.</i>
<i>Travesti assassino tem de ficar 12 anos preso.</i>
<i>Travesti tenta matar e acaba preso.</i>

Fonte: Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, 1976-1984.

Abordados como um conjunto de acontecimentos discursivos, esses enunciados da imprensa prestam-se a indiciar a governamentalidade que se obstina, então, em exercer um controle disciplinar do indivíduo e um governo estratégico da população; o projeto centrado (como biopolítica) no corpo-espécie, interessado em assegurar a higiene da sociedade, em ordenar, regular corpos, subjetividades, expondo diferencialmente o corpo populacional à morte, remoção, vulnerabilidade. Projeto este empreendido a partir de instituições da justiça, da polícia, da medicina e por discursos em linguagem pretensamente neutra, como o da ciência e do jornalismo.⁵⁵ Aqui estou acompanhando Butler⁵⁶ na afirmação de que a precariedade (condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizada a violências) se liga à performatividade de gênero. Considerando também que gêneros ininteligíveis, mais expostos a assédios, patologização e violências (segundo a matriz heteronormativa), podem pensar e oferecer resistências.

⁵⁵ FOUCAULT, 2006, p. 219.

⁵⁶ BUTLER, J. 2019b, p. 41.

Articulada na e pela imprensa, a enunciação em torno da aids aproximava-se, na década de oitenta, de uma trama de romance policial,⁵⁷ cujas pistas indiciam “as redes, os procedimentos de normalização e de controle, as perseguições e as violências moldadas e ou permitidas”⁵⁸ pelo regime militar nesse momento em São Paulo, na dita abertura. Atentando às especificidades das formas e modalidades de violências então praticadas, ressaltos os exercícios de poder e força, a gestão da vida e da morte “fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado, a um nível mais elementar, cotidiano”;⁵⁹ as práticas de normalização violenta e de controle, “agenciadas e apropriadas como álbis para agressões, hostilidades e ódio, maximizadas não só pelo golpe, como pelo regime militar, em seus vários momentos”.⁶⁰

Aqui, dialogo mais de perto com pesquisas que historicizam as nuances homofóbica e heteronormativa do regime militar,⁶¹ as práticas de violências, muitas delas articuladas na e pela imprensa, nominadas como “política de policiamento”. Pensando a emergência histórica das subjetividades travestis na São Paulo dos anos oitenta, em diálogo com a enunciação jornalística (recortada e abordada como um conjunto de acontecimentos discursivos), proponho deslocar balizamentos cronológicos, submetendo nossos conceitos e categorias de análise à crítica. Assim, fissurando a cisnormatividade historiográfica, podemos inquirir essencialismos que sustentam formas contemporâneas de racismo.⁶² Lembro aqui, aludindo ao pensamento feminista negro e transfeminista, que a categoria “ser humano” (pretensamente universal) é historicamente excludente, pois refere-se, clandestinamente, à cor branca e ao gênero masculino.⁶³ O racismo, sob o disfarce de natureza social democrática e cordial, “oculta algo para além daquilo que mostra”,⁶⁴ os entrelaçamentos que inventam *status* privilegiados de “sujeito humano”. Por fim, estou admitindo, com Butler,⁶⁵ que as posições de sujeito são elas

⁵⁷ TRONCA, I. *As máscaras do medo: lepra e aids*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2000.

⁵⁸ LOPES, F. H. Travestilidades e ditadura civil-militar brasileira: Apontamentos de uma pesquisa. Florianópolis: *Esboços*, v. 23, n. 35, 2016, p. 153.

⁵⁹ FOUCAULT, M. Introdução à vida não fascista. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*, New York, Viking Press, 1977, p. 11-14.

⁶⁰ LOPES, 2017, p. 171.

⁶¹ GREEN, J. QUINALHA, R. *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. EdUFSCar, 2014, 332 p.; QUINALHA, R. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, J. *et al. História do Movimento LGBT no Brasil*. Alameda Editorial, 2018, p. 15-38.; LOPES, 2016.

⁶² FOUCAULT, 2005, p. 309.

⁶³ DAVIS, A. *A liberdade é uma luta constante*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 85.

⁶⁴ GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, L. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018, p. 196.

⁶⁵ BUTLER, 2020, p. 200.

mesmas “intersecções”, produzidas por uma lógica de repúdio, abjeção e hierarquizações (de gênero, racialização, sexualidade, classe ou posicionamento/deslocamento geopolítico).

Com a emergência histórica da biopolítica, os racismos (amplos, variados) funcionam como legitimação do direito de matar, de modo que “a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura”.⁶⁶ O exercício do biopoder (a governamentalidade que incrementa, otimiza, a vida dos corpos populacionais) atrela-se à produção contínua da ação mortífera, premeditando que “são mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros”.⁶⁷ Para além do ódio ou expressão de preconceitos, implementa o racismo como política. Nessa direção, atento aqui para o engendramento da categoria “aidético”, ensejada pelo dispositivo do hiv/aids⁶⁸ nos anos oitenta. Categoria que constitui como “espécie”⁶⁹ a pessoa contaminada, uma “nova espécie”, uma “raça”, tal como o “tipo” homossexual,⁷⁰ analisado por Foucault.

Em diários paulistanos, com a emergência da epidemia de hiv/aids, a ideia de expurgo, limpeza, higienização, forja uma posição de sujeito travesti “menos humano”,⁷¹ inverso da formação “possível”, “reconhecível”, limite para os sujeitos-corpos naturalizados como normais. Essa “indiscreta anatomia” é assim visibilizada, na *Folha e Estadão*:

Travestis moram há seis meses no “castelo das bruxas” do Bixiga.

A casa é toda pintada de branco por fora e vive com o portão de ferro fechado. Não tem número nem nada que a identifique. De dia é silenciosa, à noite ferve. Igual a tantas outras moradias do velho Bixiga (bairro boêmio da região central de São Paulo), que foram sendo transformadas em cortiços, seus catorze cômodos e um porão abrigam exclusivamente travestis.

⁶⁶ FOUCAULT, 2005, p. 305.

⁶⁷ FOUCAULT, 2012b, p. 150.

⁶⁸ PERLONGHER, 1987.

⁶⁹ MISKOLCI, R.; PELÚCIO, L. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. São Paulo: *Sexualidad, salud y sociedad*, n. 1, p. 125-157, 2009.

⁷⁰ FOUCAULT, 2012b, p. 50.

⁷¹ BUTLER, J. Vida precária. Tradução de Angelo Marcelo Vasco. *Contemporânea*, p. 13-33, 2011.

O ‘castelo das bruxas’, como os próprios travestis se referem ao lugar onde moram, é um gueto encravado na rua Major Diogo há seis meses [...]

Quem manda aqui é Brenda Lee, nome artístico de um pernambucano de Bodocó, que afirma ter 35 anos de idade [...]

A rejeição das famílias, a repressão policial e o estigma da Aids (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida) fizeram com que os travestis se fechassem cada vez mais num mundo à parte. Esta semana, o castelo ficou mais uma vez alvoroçado: é só chegar lá que os hóspedes vão logo mostrando as mordidas dos cães pastores, a arma empregada por PMs para acabar com o “trottoir” dos travestis.

[...] No final do ano passado, quando a repressão policial voltou a se tornar mais violenta, Brenda Lee chegou a pensar em formar um sindicato dos travestis para defender seus interesses [...] Dona do castelo e de uma oficina mecânica, [...] há quatro anos, ela deixou de “fazer a rua” [...]. A carreira de um travesti normalmente começa aos 15 anos e vai até os 40, mas há pelo menos duas sexagenárias em atividade: Conchita e Edna. [...] Uma das mais jovens, Jéssica, 21, faz questão de andar com seus seios à mostra, ares de rainha do castelo.⁷²

Essa nota da *Folha* focaliza Brenda Lee. Pernambucana, nascida nos anos cinquenta, designada ao nascer Cícero Caetano, Brenda, ainda na década de sessenta, migraria para São Paulo, ficando famosa no bairro do Bixiga, onde morava. Conhecida primeiramente, como Caetana e, mais tarde, como Mãe Caetana, ao estabelecer-se em São Paulo, assumindo o nome Brenda Lee, ela adquiriu, nos anos oitenta, um imóvel na rua Major Diogo, 779, no tradicional bairro do Bixiga, região central da cidade, e instituiu ali uma pensão, uma casa, mais tarde designada Casa Brenda Lee.⁷³ Com alguns apoios, Brenda assistiu, em sua casa, travestis vitimizadas por violências, expulsas por seus familiares e em situação de vulnerabilidade. Com o acontecimento da aids, passou a assistir travestis soropositivas.⁷⁴

⁷² Travestis moram há seis meses no “castelo das bruxas” do Bexiga. *Folha de São Paulo*, 12 abr. 1986, p. 23.

⁷³ RODRIGUES, R. de C. C. *Brenda Lee, Se Viva Fosse, Completaria 62 Anos Este Ano: Novas Notas Sobre Ela e Outros Verdadeiros Heróis da Comunidade LGBT Brasileira*. Disponível em <https://memoriambh.blogspot.com/2010/05/brenda-lee-se-viva-fosse-faria-62-anos.html>, 2010. Acessado em 26/01/2021.

⁷⁴ RODRIGUES, R. de C. C.; GÓIS, J. B. H. Homossexualidades e construção de mecanismos de proteção social. *Pensamiento Actual*, v. 14, n. 23, p. 19-27, 2014.

Respeitável militante,⁷⁵ Brenda ofereceu, naquele momento, resistência à tecnologia biopolítica que induz à precarização certas corporeidades. Ao exercer uma posição crítica anti-individualista,⁷⁶ propôs, com sua atuação, a formação de redes como forma de vida e relação, de afetação recíproca. Sugerindo possibilidades de democratização biopolítica, reelaborou e ressignificou ideais mortíferos de gênero que definem quais vidas são vivíveis e quais não. Trabalhando a criatividade e afetividade, teceu novas modalidades de se agregar, de gerir vizinhança, prazeres, dores, apontando como “natureza” das pessoas, a sua condição subjetiva, contingente, relacional e interdependente.⁷⁷ Convidando, assim, a criticar a matriz de inteligibilidade que presume que “para os corpos serem coerentes e fazerem sentido [...] é necessário haver um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade”,⁷⁸ denunciou, perturbou e deslocou o conteúdo violento/normatizante da noção de humano:

Vírus da Aids em travestis ameaça os heterossexuais

Metade dos travestis que se prostituem nas ruas de São Paulo estão contaminados com o vírus que provoca a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids). A constatação foi feita pelo infectologista Celso Carmo Mazza, 39, da Clínica de Doenças Infecciosas e Parasitárias do Hospital das Clínicas, que entre novembro de 1985 e junho deste ano colheu e analisou amostras de sangue de 64 travestis para uma tese de mestrado.

[...] O estudo, baseado principalmente nas análises sanguíneas e entrevistas individuais com travestis hospedados em duas habitações coletivas da cidade, concluiu com a observação de que o grupo pesquisado representa “alto risco de contagiosidade para a população de São Paulo”.

⁷⁵ “Respeitáveis militantes”: tomo por empréstimo o termo utilizado pelo antropólogo Edward MacRae em 1982 para se referir ao então designado movimento homossexual brasileiro, termo apropriado por Mario Felipe de Lima Carvalho (2011) em sua dissertação sobre identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. CARVALHO, M. F. de L. *Que mulher é essa?* Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

⁷⁶ FOUCAULT, 1977.

⁷⁷ SAFATLE, V. Posfácio. Dos problemas de gênero a uma teoria da despossessão necessária: ética, política e reconhecimento em Judith Butler. In: BUTLER, J. *Relatar a si mesmo*. Tradução de Rogério Bettoni. Autêntica Editora, 2017, p. 173-196.

⁷⁸ BUTLER, 2015, p. 258.

Segundo os dados fornecidos pelos entrevistados, cada travesti relaciona-se sexualmente com 27 homens, em média, por semana, o que daria, na amostra de 64 indivíduos pesquisada por Mazza, cerca de 92 mil intercursos sexuais no período de um ano. Considerando que 33 dos exames de sangue realizados apresentaram resultado positivo, indicando a presença do vírus, Mazza afirma que somente nesse universo ocorreram 46 mil contatos sob risco de contaminação. [...]

A Saúde Pública precisa intervir, é preciso desestimular a prostituição homossexual masculina, colocar sob controle as casas de sauna que promovem relações sexuais coletivas e, principalmente, popularizar o teste que permite detectar a presença do vírus no sangue”. [...] “O que está havendo é complacência e timidez no combate à Aids” [...] “É hora de se enfrentar o problema de forma contínua e agressiva, até mesmo com atitudes coercitivas” [...] ⁷⁹

Corpos, desejos, afetos e sexualidades de travestis, como vimos, classificados, tornam-se “matéria”, “notícia”, “reportagem”. Pessoas se transformam no “outro”, traço de risco, indício de perigo. Sob a cumplicidade médico-policial (sinalizada pelos próprios jornais de São Paulo que a articulavam), discursos tramam “aids” à ideia de promiscuidade, atrelando essa ideia a certos corpos aludidos como “poluidores”. Enunciados de higiene e policiamento, alternam, então, estratégias para (induzindo, interpelando, coagindo) regular desejos, práticas, corporeidades, reforçando a ideia de monogamia heterossexual, a norma cis heterocentrada.⁸⁰

O pânico da aids revelava um novo “desejo coletivo de expurgo” e de “eliminação”. O contaminado tornara-se uma “raça”, uma “espécie”, no sentido empregado por Foucault ao discutir a construção da homossexualidade enquanto fenômeno clínico. Essa “nova espécie” foi aglutinada à categoria clínica do “aidético” [...]. O saber epidemiológico, através da retórica do risco e de seu status de cientificidade, tornou-se meio de expressão de medos coletivos anteriores em

⁷⁹ Vírus da Aids em travestis ameaça os heterossexuais. *Folha de São Paulo*, 07 dez. 1986, p. 32.

⁸⁰ JESUS, J. G. de. O conceito de Heterocentrismo: um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência. Bragança Paulista: *Psico-USF*, v. 18, n. 03, p. 363-372, 2003.

relação a uma “psicologia do Outro”, em que fantasias de decadência e degeneração do passado se reatualizavam.⁸¹

É importante sublinhar aqui o papel da discursividade da imprensa na articulação de esforços para execução dessa biopolítica que, nas páginas da *Folha* e *Estadão*, reiteravam as noções e sentidos de “travestis” como antinaturais e como ameaça à pensada norma cis e hétero:

Polícia Civil “combate” a Aids prendendo travestis.

A Polícia Civil do Estado resolveu entrar no "combate" à Aids na cidade de São Paulo. Com este objetivo, foi lançada na madrugada de anteontem a "Operação Tarântula", um comando especial de policiamento que visa realizar detenções em flagrante de travestis nos principais locais de prática de "trottoir", aliciando os "fregueses" nas vias públicas. As primeiras ações da "Tarântula" já resultaram em 56 detenções [...].

Segundo Cruz [*delegado-chefe do Departamento das Delegacias Regionais de Polícia da Grande São Paulo, Degran*], o objetivo da "Operação Tarântula" é basicamente "espantar a freguesia" e assim diminuir a propagação da doença. "Os tempos de Nostradamus estão chegando", diz. Ele afirma acreditar que estamos num período pré-apocalíptico. [...]

Cruz nega ter dito que pretende enquadrar os detidos na Lei de Segurança Nacional ou que pretenda submetê-los a testes de Aids [...]. Para ele, os travestis podem responder por ultraje ao pudor público e crime de contágio venéreo.

A respeito do nome dado à operação policial, Cruz diz que a autoria é do delegado Aranha. "A Tarântula tem vários braços, braços longos, e o objetivo é atingir várias ruas e várias avenidas onde se efetua o "trottoir" indecente.⁸²

Denunciado abuso contra travestis

A Corregedoria da Polícia Civil vai investigar possíveis abusos policiais contra travestis, homossexuais e prostitutas. [...] Segundo o presidente do Gapa, Paulo

⁸¹ MISKOLCI; PELÚCIO, 2009, p. 136.

⁸² Polícia Civil “combate” a Aids prendendo travestis. *Folha de São Paulo*, 01 mar. 1987, p. 1.

César Bonfim, a Aids está sendo encarada como questão de polícia, e não de saúde. No documento entregue à Muylaert [*então secretário estadual de segurança pública de São Paulo*], ele denuncia que, no último sábado, dezenas de pessoas foram agredidas nas esquinas das ruas Marquês de Itu com Rego Freitas, no centro da cidade. "Eram travestis, homossexuais e prostitutas, a maioria portando documento de identidade e muitos dentro de bares da região. A pretexto de deter para averiguação, os policiais distribuíram socos e pontapés."

O secretário Muylaert concordou que "não há nenhum sentido em se pensar em prevenir ou combater a Aids através de métodos policiais" e disse que existe em São Paulo um problema cíclico em relação aos travestis. "Vivemos, tempos atrás, uma violenta repressão com o delegado Wilson Richetti e, nesta ocasião, eu e a Irede (a vereadora Irede Cardoso, que acompanhou os integrantes do Gapa) subscrevemos um manifesto contra aquela violência absurda".

Muylaert afirmou que, depois, houve uma mudança de política, mas "há queixas fortes" da população contra os travestis. Alguns realmente abusam e a polícia está autorizada a agir quando houver infração à lei". O secretário assegurou aos membros do Gapa que a chamada "operação tarântula", coordenada pela Seccional Sul do Degran, foi suspensa. Segundo Bonfim, do Gapa, esta operação tinha o objetivo de combater a Aids através da prisão de travestis.⁸³

Com o recurso criativo à linguagem, a enunciação jornalística, como vimos, forja e atrela às diversidades noções de inconformidade, desvio. Assim, moldando, hierarquizando sujeitos, corporeidades, busca exercer (implementando uma *polícia de gênero*) uma espécie de controle-sujeição que visa à higiene do corpo social, por assim dizer. Aqui me refiro ao racismo⁸⁴ como técnica de poder, como um "conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população",⁸⁵ como governamentalidade que, em suas formas e procedimentos múltiplos, trama o assujeitamento dos corpos a uma

⁸³ Denunciado abuso contra travestis. *O Estado de São Paulo*, 10 mar 1987, p. 09.

⁸⁴ FOUCAULT, 2005, p. 309.

⁸⁵ FOUCAULT, 1979, p. 291.

pretensa lei de verdade. Efeito inesperado, a ordem discursiva de gêneros binários, gera a pluralização de singularidades, a proliferação de sujeitos, corporeidades, gêneros, sexualidades:

Travesti vai ao Fórum e depõe com roupas femininas

Ontem, pela segunda vez, em seis meses, Cícero Caetano Leonardo, 36, foi ao Fórum do Jabaquara e Saúde (bairro do Jabaquara, zona sul de São Paulo), vestindo elegantes roupas femininas, como testemunha do processo 498/86 da 2ª Vara, de tentativa de homicídio. Cícero, o travesti “Brenda Lee”, que comanda uma pensão para travestis no bairro do Bexiga, acabou criando um precedente, ao obter autorização para depor com roupas femininas.

Alertado pela oficial de justiça [...] de que deveria trajar roupas masculinas, Cícero afirmou não ter nenhuma em seu guarda-roupa e confidenciou: “Roupa de homem, nem morta”. Foi autorizada. [...]

Com os cabelos pintados de loiro, 1,72 de altura e corpo feminino à custa de injeções de silicone e hormônio, Brenda Lee tem várias cicatrizes nos pulsos – cortes feitos com gilete para escapar de detenções. “Brenda” diz que já teve “inúmeras prisões”, quando, até oito anos, fazia “trottoir”, ou simplesmente “a rua”. Fala de situação semelhante em delegacias e apenas sorri ao saber da questão levantada por uma ameaçadora agente de fiscalização do Fórum, Conceição de Jesus Vilas Jubilato, “se ele for ao banheiro, em qual deles, de homem ou de mulher, deve ir”. O travesti responde que fingiria um desmaio e iria ao banheiro de um bar próximo. [...]

Contraditoriamente, a mesma “Brenda Lee” de quem cobram roupas masculinas poderá passar a receber verbas oficiais, da Secretaria de Estado de Saúde, em decisão prevista para a próxima segunda-feira. Sua pensão será, se as verbas forem autorizadas, transformada em um posto avançado para atendimento de travestis portadores de aids. Ela manterá vinte leitos para tratamento de doentes em fase inicial da síndrome. Hoje, na pensão, já existem três doentes com a síndrome que elimina a capacidade de defesa contra doenças. [...]

A medida consagra uma situação de fato. Desde 1982, quando os primeiros casos da doença foram diagnosticados em São Paulo, Brenda tem recebido em sua

ensão doentes abandonados ou sem familiares, encaminhados pelo Hospital Emílio Ribas. Cuida de sua alimentação, medicação e, em último caso, do enterro. [...] Quando, há cerca de um mês, ele estacionou seu carro Santana vermelho, ano 86, no pátio do hospital, para encaminhar ao hospital, um de seus quatro pensionistas então doentes (um deles morreu na semana passada), logo foi acionado o médico infectologista encarregado do atendimento destes pacientes. A surpresa ficou restrita à clientela do saguão de espera. Vestida com um impecável “tailleur” de lãzinha branca combinado com uma camisa de seda estampada de azul, uma exuberante Brenda contrastava com a “menina” conhecida nas ruas como Frida, a quem estava abraçada. Doente de Aids há mais de dois anos, Frida tinha olhar assustado, as mãos nervosas cruzadas sobre o colo, o peito magro arquejante, sem fôlego. Do brilho das antigas roupas de travesti, guardava apenas a echarpe de seda verde, amarrando o surrado casaco vison. Uma “decadência triste” [...].⁸⁶

A performance performativa de Brenda participa de uma específica economia de discursos de verdade que constrói e naturaliza, disfarça, “o consentimento tácito coletivo quanto a representar, produzir e sustentar gêneros polarizados e distintos como ficções culturais”.⁸⁷ Analisando a nota publicada pela *Folha de S. Paulo* em 10 de agosto de 1988, vemos que Brenda, tal como fizeram outras mulheres que tiveram sua humanidade esvaziada e se insurgiram,⁸⁸ desafiou discursos biologicistas que afirmam certas pessoas como “ilegais”. Problematizou discursos/práticas que, negando a humanidade do “outro”, engendram referenciais (racializados) de humano, fazendo com que certos corpos e vidas pareçam mais precárias, “dependendo de que versões do corpo, ou da morfologia em geral, apoiam ou endossam a ideia da vida humana digna de proteção, amparo, subsistência e luto”.⁸⁹ O discurso do jornal, uma verdadeira arte, cria a figura do “corpo sob ameaça” como um espelhamento de e para travestis, espetacularizando a morte e a ideia de doença como destino dessas vidas.

⁸⁶ Travesti vai ao Fórum e depõe com roupas femininas. *Folha de São Paulo*, 10 ago. 1988, p. 03.

⁸⁷ BUTLER, J. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. *Caderno de leituras*, n. 78, p. 06, 2018.

⁸⁸ Estou aludindo ao pensamento/ativismo feminista negro e transfeminista, referenciado aqui por bell hooks, Lélia Gonzalez, Angela Davis, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Jaqueline Gomes de Jesus, Djamila Ribeiro, Joice Berth e outras.

⁸⁹ BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017b, p. 85.

Performática, a manchete da *Folha* que enunciou, em maio de 1996, a morte, por assassinato, de Brenda Lee (quem inspirou a criação de um prêmio em direitos humanos no país) é a seguinte: *Morto travesti que cuidava de aidéticos*.⁹⁰ A um só tempo, palavras que negam um nome e uma imagem à Brenda, “como se nunca tivesse existido um humano, nunca houvesse existido uma vida ali, e, portanto, nunca tivesse acontecido nenhum homicídio”.⁹¹ Considerando que a linguagem atua de maneira poderosa, que a performatividade é um poder que a linguagem tem de realizar algo ou de acionar um conjunto de efeitos,⁹² podemos afirmar que a enunciação jornalística gera, assim, formas de reconhecibilidade diferenciada, vulnerabiliza, positivando as *vidas que importam*, num refluxo a partir de seus presumidos limites negativos. Tais fronteiras são reiteradas por interpelações constantes (desde as convenções de vestuário como azul/rosa, até os códigos das portas de privada de banheiro público, onde se refazem binarismos como público/privado, homem/mulher, pênis/vagina, em pé/sentado).⁹³

Por sua natureza sempre pública, gênero, entendido como performatividade, não é mero teatro inconsequente e sua repetição subversiva não deve ser subestimada. Reproduzido como ficção punitiva, gênero constitui a matriz ontológica a partir da qual e em relação a qual se formam e desconstroem as identidades como pretensa lei de verdade “que devemos reconhecer e que os outros têm de reconhecer”.⁹⁴ Essa matriz fracassa em aniquilar as possibilidades de resignificação dos termos nos quais se expressa. Permite, assim, a sua reformulação, por meio de apropriações que são um tipo de agência, como vimos, em que pessoas são “a ‘casa’ do outro e se ‘criam’ entre si”.⁹⁵

⁹⁰ Morto travesti que cuidava de aidéticos. *Folha de S. Paulo*, 31 mai 1996, p. 40.

⁹¹ BUTLER, 2011, p. 29.

⁹² BUTLER, 2019b, p. 35.

⁹³ PRECIADO, P. B. Lixo e Gênero, Mijar/Cagar, Masculino/Feminino. Tradução de Davi Giordano e Helder Thiago Maia. *Performatus*, n. 20, 2019.

⁹⁴ FOUCAULT, 1995, p. 235.

⁹⁵ BUTLER, 2020, p. 233.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como ponto de partida a trama discursiva da imprensa, problematizei, neste artigo, a discursividade da *Folha e Estadão* em torno do “noticiado” acontecimento da aids nos anos 1980. Ao focalizar as táticas cissexistas e a travestifobia visibilizadas por esses diários, podemos desafiar a governamentalidade que emerge naqueles anos. Governamentalidade que se obstina em forjar as vidas vivíveis, as vidas passíveis de luto/pesar, expondo determinados sujeitos-corpos (modos corporificados de existência) a condições vulnerabilizantes (doenças, escassez, deslocamentos, violências). Ao destacar Brenda Lee, busquei realçar as re-existências travestis, sua agência e subjetividades, pensadas aqui como uma ética e estética outra, no entrelaçamento das performatividades de gênero com as precarizações (formas e modalidades de violências interseccionadas).

Antes de finalizar, sublinho que a precariedade não é natureza específica de nenhuma subjetividade, mas condição comum, compartilhada. Todavia, lembro, que essa condição é histórica e politicamente aumentada em relação a algumas populações. Ao historicizar as práticas de normalização violenta, agenciadas na e pela discursividade da imprensa (pensando a histórica constituição de si de travestis, nos anos de chumbo da aids), opto por não subestimar as modalidades de existência e de relações (não-fascistas) que excedem o *fazer viver e deixar morrer*. Subjetividades que, frustrando a biopolítica de gênero limitante, alargam as possibilidades do existir.

REFERÊNCIAS

Fontes

Folha de São Paulo, anos indicados. Disponível em: <<http://acervo.folha.uol.com.br/>>. Acesso em: jan. 2021.

O Estado de São Paulo, anos indicados. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: jan. 2021.

Obras Gerais

ARAÚJO, I. L. Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault. *Revista Aulas*. Dossiê Foucault (Org: Margareth Rago e Adilton Luís Martins), n. 3, 2007, p. 01-24.

BUTLER, J. *Corpos que importam*. Os limites discursivos do “sexo”. Tradução de Veronica Daminelli e Daniel Yago Françoli. São Paulo: n-1 edições, 2020.

_____. Vida precária. Tradução de Angelo Marcelo Vasco. *Contemporânea*, p. 13-33, 2011.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. Sujeitos foucaultianos. In: BUTLER, J. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Tradução: Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017a, p. 34-39.

_____. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017b.

_____. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. *Caderno de leituras*, n. 78, p. 2-16, 2018.

_____. *Precisamos parar o ataque à “ideologia de gênero”*. Tradução de Carla Rodrigues. Disponível em <https://sxpolitics.org/ptbr/judith-butler-precisamos-parar-o-ataque-a-ideologia-de-genero/9094>, 2019a. Acessado em 26/01/2021.

_____. Política de gênero e o direito de aparecer. In: BUTLER, J. *Corpos em aliança e política das ruas: notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019b, p. 31-74.

CARVALHO, M. F. de L. *Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

DAVIS, A. *A liberdade é uma luta constante*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2018.

DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-153.

DUMARESQ, L. *O cisgênero existe*. Disponível em <http://transliteracao.com.br/leiladumaresq/2014/12/o-cisgenero-existe/>, 2014. Acessado em 26/01/2021.

FOUCAULT, M. Introdução à vida não fascista. In: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. New York, Viking Press, 1977, p. 11-14.

_____. A governamentalidade. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 277-293.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. *Dits et écrits*. Tradução de Karla Neves e Wanderson Flor do Nascimento. Paris: Gallimard, vol. IV, 1994, p. 783-813.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

_____. O que é um autor? In: FOUCAULT, M. *Estética – literatura e pintura, música e cinema*. Ditos & Escritos III. Organizado por Manoel Barros da Motta. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 264-298.

_____. *Em defesa da sociedade*. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, M. *Estratégia, Poder-Saber*. Organização de Manoel Barros da Motta. Ditos & Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 203-222.

_____. O cuidado com a verdade. In: FOUCAULT, M. *Ética, sexualidade, política*. Organização de Manoel Barros da Motta. Ditos & Escritos V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 240-251.

_____. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Ed. Loyola, 2012a.

_____. *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. São Paulo: Edições Graal, 2012b.

_____. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FRANZONI, S.; RIBEIRO, D. B.; LISBOA, S. S. de M. A verdade no jornalismo: relações entre prática e discurso. *Verso e Reverso*, p. 45-52, 2011.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, L. *Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa*. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018, p. 190-214.

GREEN, J. QUINALHA, R. *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. EdUFSCar, 2014, 332 p.

JESUS, J. G. de. O conceito de Heterocentrismo: um conjunto de crenças enviesadas e sua permanência. Bragança Paulista: *Psico-USF*, v. 18, n. 03, p. 363-372, 2003.

_____.; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Cronos*, v. 11, n. 2, p. 8-19, 2010.

_____. *Transfeminismo: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

LOPES, F. H. Travestilidades e ditadura civil-militar brasileira.: Apontamentos de uma pesquisa. Florianópolis: *Esboços*, v. 23, n. 35, p. 145-167, 2016.

_____. Possibilidades de conexão. Rio Grande do Norte: *Bagoas*, n. 16, p. 162-196, 2017.

_____. Cisgeneridade e historiografia: um debate necessário. In: SOUSA NETO, M. R.; GOMES, A. R. *História e teoria queer*. Salvador: Devires, 2018, p. 77-99.

LOURO, G. L. Foucault e os estudos *queer*. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (orgs.) *Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 135-142.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. VII-XXIII.

McLAREN, M. Genealogia como crítica. In: McLAREN, M. *Foucault, feminismo e subjetividade*. São Paulo: Intermeios, 2016, p. 47-54.

MISKOLCI, R.; PELÚCIO, L. A prevenção do desvio: o dispositivo da aids e a repatologização das sexualidades dissidentes. São Paulo: *Sexualidad, salud y sociedad*, n. 1, p. 125-157, 2009.

MOURA, M. B. do S. Memória discursiva em Foucault e acontecimento jornalístico. Minas Gerais: *Biblioteca on-line de ciências da comunicação*, p. 1-12.

NICOLAU, M. A. *Artes da existência: travestis em jornais de São Paulo, décadas de 1970 e 1980*. Dissertação (Mestrado em História). Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.

_____. Gênero: “uma categoria útil de análise”? In: BUENO, A.; PAES, E. de A.; SILVA, N. de F.; VELOSO, W. dos R. (Org.). *Gêneros e sexualidades em perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Edições Especiais Sobre Ontens, 2020, p. 40-55.

OCANHA, R. F. As rondas policiais de combate à homossexualidade na cidade de São Paulo (1976-1982). In: GREEN, J.; QUINALHA, R. (Orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Paulo: Editora EdUFSCar, 2014, p. 149-175.

PEDRO, J. M.. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

_____. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. Rio de Janeiro: *Topoi*, v. 12, n. 22, p. 270-283, 2011.

PRECIADO, P. B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. Florianópolis: *Estudos Feministas*, 2011, p. 11-19.

_____. Lixo e Gênero, Mijar/Cagar, Masculino/Feminino. Tradução de Davi Giordano e Helder Thiago Maia. *Performatus*, n. 20, 2019.

PERLONGHER, N. *O que é Aids*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

QUINALHA, R. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, J. et al. *História do Movimento LGBT no Brasil*. Alameda Editorial, 2018, p. 15-38.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. (Orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998, p. 24-58.

RODRIGUES, R. de C. C. *Brenda Lee, Se Viva Fosse, Completaria 62 Anos Este Ano: Novas Notas Sobre Ela e Outros Verdadeiros Heróis da Comunidade LGBT Brasileira*. Disponível em <https://memoriamhb.blogspot.com/2010/05/brenda-lee-se-viva-fosse-faria-62-anos.html>, 2010. Acessado em 26/01/2021.

_____.; GÓIS, J. B. H. Homossexualidades e construção de mecanismos de proteção social. *Pensamiento Actual*, v. 14, n. 23, p. 19-27, 2014.

SAFATLE, V. Posfácio. Dos problemas de gênero a uma teoria da despossessão necessária: ética, política e reconhecimento em Judith Butler. In: BUTLER, J. *Relatar a si mesmo*. Tradução de Rogério Bettoni. Autêntica Editora, 2017, p. 173-196.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

TRONCA, I. *As máscaras do medo: lepra e aids*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2000.

_____. Foucault e a linguagem delirante da memória. XXII Simpósio Nacional de História Anpuh. *Anais...* João Pessoa: Anpuh, p. 1-14, 2003.

VERGUEIRO, v. *De uma renúncia e de resistência trans* anticoloniais*. Disponível em https://www.academia.edu/4716637/De_uma_ren%C3%Bancia_e_de_resist%C3%Aancias_trans_anticoloniais, 2013. Acessado em 26/01/2021.

_____. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes*: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015.

VOGEL, D. I. Sobre Foucault e o jornalismo. *Verso e Reverso*, v. 23, n. 53, 2009.

WHITE, H. Foucault decodificado: notas do subterrâneo. In: WHITE, H. *Trópicos do discurso*. Tradução: Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: EdUSP, 1994, p. 253-283.

WONDER, C. *Olhares de Claudia Wonder*: crônicas e outras histórias. São Paulo: GLS, 2008.

Recebido em: 28/01/2021 – Aprovado em: 04/08/2021